

ALICE PIFFER CANABRAVA E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1861-1875)

Otávio Erbereli Júnior¹
Mestrando em História na
Unesp, *campus* Assis-SP
E-mail: oerberelijr@gmail.com

RESUMO

Neste artigo discutimos a tese de cátedra de Alice Piffer Canabrava apresentada na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1951. Apresentamos a tese privilegiando o lugar social ocupado por Alice Canabrava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP desde seu ingresso no curso de História e Geografia em 1935, até sua efetivação na cátedra de História Econômica da FCEA.

Palavras-chave: Alice Piffer Canabrava; Historiografia brasileira; Fundamentos da Escrita da História.

ABSTRACT

In this article we discuss the Alice Piffer Canabrava's chair thesis exhibited at Faculty of Economics and Administrative Sciences of São Paulo's University in 1951. We introduce the thesis privileging the social place occupied by Alice Canabrava at Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of USP since her admission on the History and Geography's course in 1935, to her effective in the FCEA's chair of Economic History.

Keywords: Alice Piffer Canabrava; Brazilian Historiography; Fundamentals of History's Writing.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um seminário apresentado no Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da Unesp, *campus* Assis, na disciplina "História e Política", durante o segundo semestre de 2012. Além disso, insere-se em um projeto maior, qual seja: constitui-se em uma fonte de nossa dissertação de mestrado intitulada *Uma História da Historiografia de Alice Piffer Canabrava (1935-1951)*.

¹ Bolsista CNPq.

A tese de Alice Piffer Canabrava, *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, ora apresentada e discutida neste artigo foi elaborada para o concurso de professor catedrático de História Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP) – atual Faculdade de Economia e Administração (FEA) – no período entre 1946 e 1951.

O ano de 1946 é bastante representativo, pois é o ano de fundação da FCEA e o ano em que Alice Canabrava concorreu ao posto de professor catedrático de História da Civilização Americana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, com a tese intitulada *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)*. Esta tese lhe conferiu o título de livre-docente, uma vez que foi preterida para o cargo.

Além desta introdução, na seção seguinte analisaremos a tese do ponto de vista do uso das fontes, métodos, influências teóricas e temporalidades privilegiadas pela autora. Na mesma seção, apresentaremos uma visão de passado da autora que podemos derivar da análise da tese, bem como seu projeto de Brasil e o que ela compreende por História Econômica e como esta deve ser feita.

Na seção seguinte, discutiremos uma questão que a historiografia sobre Alice Canabrava construiu como um consenso: a presença do paradigma dos *Annales* em toda sua obra. E aqui, a discussão acerca da missão francesa terá lugar privilegiado.

2. O TEXTO EM PERSPECTIVA

O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875), tese da professora Alice, como era conhecida no meio acadêmico da USP e por seus alunos, assistentes de cátedra e orientandos, teve sua primeira edição lançada em 1951 pela Indústria Gráfica Siqueira. No ano de 2011, a mesma foi relançada por conta de uma dupla comemoração: se viva estivesse, Alice Canabrava completaria 100 anos de idade. Ademais, o ano de 2011 marca a data de comemoração de importante entidade da comunidade de historiadores brasileiros: os 50 anos de fundação da Associação Nacional de História, a conhecida ANPUH, fundada em 1961 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, sob a denominação de Associação dos Professores Universitários de História, APUH, da qual Alice Canabrava é uma de suas fundadoras. O relançamento da tese ocorreu no evento anual da ANPUH, realizado na USP e editada pela Editora da USP

em conjunto com aquela entidade, e traz instigante apreciação de José Jobson de Andrade Arruda, intitulada *Alice Canabrava: História e Mito*.

Ao adentrarmos a obra, como podemos depreender do próprio título da tese, o recorte espacial privilegiado por Alice Canabrava é a então Província de São Paulo. Quanto ao recorte temporal, esta compreende os anos entre 1861 e 1875. O primeiro marca o início das hostilidades da guerra civil nos EUA, pois Alice Canabrava compreende que a cultura do algodão na Província de São Paulo teve como principal motivador os problemas de fornecimento de algodão dos EUA para a Europa. O ano de 1875 é tomado pela autora como baliza final de seu estudo, uma vez que este é o ano em que a produção algodoeira dos EUA atinge níveis anteriores aos da guerra civil.

Em relação às fontes utilizadas por Canabrava, estas são de grande variedade. Encontramos uma grande presença de jornais, como: *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *A Lei*, *O Agricultor paulista*, *Gazeta de Campinas*, *O Estado de São Paulo*, *Ypanema* – um jornal de Sorocaba – e o *Anglo-Brazilian Times*. Além das notícias presentes nestes jornais, Canabrava extrai deles outras fontes, como as circulares do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas às câmaras municipais, constantes nos jornais *Província de São Paulo* e *Diário de São Paulo*. Deste, que constitui, juntamente com a *Gazeta de Campinas*, a segunda maior série de jornais utilizados por Canabrava, se estendendo de 1870 a 1876, também extrai dados, como da notícia “A situação da Cultura do Algodão em nossa Província” de 4 de janeiro de 1873 e cartas, como as de Jean Jacques Aubertin, um dos mais importantes agentes incentivadores da cultura do algodão na Província e também encarregado da construção da ferrovia Santos-Jundiaí. O uso de cartas como fonte na historiografia brasileira sempre foi corrente, não se constituindo em inovação por Canabrava, pois, conforme afirma Angela de Castro Gomes, o que constituiria uma inovação seria seu tratamento enquanto objeto historiográfico: “(...) embora tal documentação [as cartas] sempre tenha sido usada como fonte, apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica”. (GOMES, 2004, p. 10).

Do *Correio Paulistano*, o mais presente em toda tese, pois dele Canabrava se utiliza de uma série que se estende entre os anos de 1861 e 1876, a autora acompanha as opiniões de seu editor quanto à cultura do algodão na Província, bem como as informações dos correspondentes do jornal, presentes em cada uma das cidades mais importantes da Província. O jornal *O Agricultor Paulista* do particular Carlos Ilidro da

Silva, publicado em Itú e com um total de 500 páginas é bastante privilegiado por Canabrava, uma vez que este fornece importantes informações sobre o cultivo do algodão na Província, pois Carlos Ilidro da Silva dedicou-se em sua fazenda a experimentos que objetivavam conhecer as formas de plantio de várias espécies de algodão, bem como os melhores solos.

Anúncios também eram extraídos dos jornais, como os de venda de chácaras, sítios e fazendas a fim de demonstrar que o algodão na Província era cultivado em pequenas propriedades e com mão de obra livre. Anúncios para imigrantes também eram retirados dos jornais: “Um fazendeiro de Limeira, oferecia aos imigrantes estrangeiros, mencionando particularmente os americanos, terras a meia para o plantio do algodão, como também de cana, fumo ou vinha, além de terreno suficiente para os gêneros necessários à subsistência”. (CANABRAVA, 2011, p. 161).

Em relação à utilização de jornais para compor sua tese, Canabrava, no prefácio, logo esclarece os intentos de seu uso:

Mas é principalmente o jornal, com sua linguagem viva e colorida, que melhor nos dá a conhecer o clima psicológico da Província, nos anos do *rush* do algodão, os entusiasmos e as decepções dos plantadores e comerciantes do produto, as apreciações cheias de sabor do homem da rua, representado tantas vezes na figura anônima, mas profundamente sugestiva, do correspondente da cidade. A riqueza do documentário do jornal nos permitiu suprir, muitas vezes, certas lacunas das fontes de procedência municipal. (CANABRAVA, 2011, p. 72).

Exemplo de tentativa de apreensão deste dito “clima psicológico” encontramos no relato extraído do jornal *Correio Paulistano*, em relação ao papel do vigário de Porto Feliz no incentivo ao plantio do algodoeiro:

que da cadeira da verdade fez ver ás [sic] suas ovelhas as vantagens dessa lavoura; provou e convenceu a todos aquelles [sic] que viviam na praça ociosamente, se não plantassem algodão estavam [sic] em pecado mortal. Todos ouviram as suas palavras, officiaes [sic] de officios [sic] que só tinham serviço para alguns dias, e negociantes que por aqui pouco faziam atiraram-se á [sic] lavoura e foram felizes. Aquelles [sic] que tinham terras abandonadas por se acharem cançadas [sic], hoje tiram das mesmas lucros correspondentes ás [sic] melhores terras. (CANABRAVA, 2011, p. 133-134).

Além da possibilidade de acesso ao “clima psicológico” da Província, Canabrava também se utiliza dos jornais em caráter subsidiário, à fim de suprir as lacunas das fontes ditas oficiais, como os officios das câmaras municipais ao Presidente da Província. Também são utilizados por Canabrava, outros documentos de Estado, como as leis provinciais, os relatórios de presidentes da Província apresentados à Assembléia Legislativa da Província de São Paulo e os relatórios do Ministério da Agricultura,

Comércio e Obras Públicas. Relatórios de exposições nacionais e internacionais do algodão também são utilizados, como o relatório de Julio Constancio de Villeneuve sobre a exposição internacional de Paris, intitulado *Relatorio sobre a Exposição Universal de 1867 redigido pelo secretario da comissão brasileira Julio Constancio de Villeneuve e apresentado a Sua Majestade o Imperador pelo presidente da mesma comissão Marcos Antonio de Araujo*.

Pudemos notar que as fontes privilegiadas por Canabrava são os jornais, dos quais extrai também outras fontes e os ditos documentos oficiais. Neste sentido, discordamos da avaliação de Jobson Arruda que afirma que “(...) as fontes oficiais são majoritárias e embasam a parte mais substantiva do trabalho (...)”. (ARRUDA, 2011, p. 52). Tendemos mais a concordar com a avaliação de três pesquisadores, que foram orientandos e assistentes de cátedra de Alice Canabrava: Flávio Azevedo Marquez de Saes, Nelson Hideiki Nozoe e Zélia Maria Cardoso de Mello, que em artigo sobre as três teses universitárias de Canabrava às qualificam como pioneiras, e afirmam que: “As três pesquisas têm por base amplo levantamento de fontes primárias. Não apenas as “fontes oficiais” [sic], privilegiadas pela história positivista, mas todo tipo de fonte primária que possa fornecer informações relevantes”. (MELLO; NOZOE; SAES, 1985, p. 177).

Os jornais não nos parece se constituírem em fonte dita “oficial” e, segundo Tania Regina de Luca, revistas, jornais e periódicos eram pouco utilizados na historiografia brasileira até a década de 70 do século passado, devido à desconfiança em relação a este tipo de fonte, posto que “(...) o peso da tradição dominante durante o século XIX e das décadas iniciais do XX, associada ao ideal de verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos (...)” (LUCA, 2005, p. 111-112), impedia que o jornal fosse utilizado como fonte, por se compreender que seu texto envolvia uma gama de interesses políticos, econômicos e sociais¹. Geralmente a concepção de fonte a partir do jornal comportava uma visão de “uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador”. (LUCA, 2005, p. 116).

Outros periódicos também são utilizados como fonte por Canabrava. Dentre eles destaque especial é conferido ao *O Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico mensal da

¹ Os jornais realmente foram pouco utilizados até a década de 70 do século passado. Contudo, não podemos nos esquecer do uso inovador que fez Gilberto Freyre deste tipo de fonte. Para tanto, ver: BURKE, Peter. Gilberto Freire e a *nova história*. *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-12, 1997.

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, principalmente a sessão de “dados estatísticos” de 1869; muitas atas de sessões do conselho desta sociedade foram reproduzidas neste periódico; da *Revista Commercial* publicada em Santos, Canabrava extrai circulares da Associação para o Suprimento do Algodão de Manchester, associação que teve papel fundamental no incentivo ao desenvolvimento do algodão na Província, juntamente com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Outro tipo de fonte utilizada pela autora e que também é extraído dos jornais, são os relatos de viagem. Como a extração de um texto intitulado “viagem a São Paulo, 1868, Outubro” de autor anônimo, publicado na *Gazeta de Campinas*. Temos também os relatos de viagem de Augusto de Saint Hilaire: *Viagem a Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*, publicado em 1940, que relata sua incursão pela província nos anos de 1819-20; e os relatos de Augusto Emilio Zaluar: *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*, publicado em 1943. Sabemos que a historiografia produzida sob os auspícios do IHGB se utilizava bastante de relatos de viagem como fonte¹. Como nos mostra Temístocles Cezar em seus estudos sobre os relatos de viagem na escrita da História, estes foram utilizados como documentos históricos, sobretudo no século XIX no Brasil, especialmente os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen que “(...) foram marcados pelas viagens”. (CEZAR, 2010, p. 29). Além disso, Varnhagen “utiliza-se do relato de Gabriel S. de Souza como uma possibilidade de acesso à realidade do Brasil do século XVI”. (CEZAR, 2000, p. 37).

Discursos de deputados na assembléia provincial e estudos sobre o algodão também são utilizados. Destes últimos, percebemos a presença de estudos de brasileiros, como os do Pe. Antonio Caetano da Fonseca, intitulado *Memória sobre a cultura do algodão herbáceo* de 1862; o estudo de Antonio Candido Nascentes D’Azambuja, intitulado *Manual do cultivador do algodão* de 1862, uma coletânea do que se publicou até aquele momento sobre cultura do algodão e dedicado ao Imperador; e o estudo de Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, *Monographia do algodoeiro* de 1863. Estes três estudos podem ser tomados por manuais bastante práticos sobre o cultivo do algodão. Estudos de estrangeiros também são utilizados, como o de John Branner, por exemplo, em forma de relatório remetido a um colega professor do departamento de agricultura em Washington, com informações sobre há quanto tempo se cultivava o

¹ Para tanto, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

algodão no Brasil, seus métodos e extensão de cultivo, acompanhado de estatísticas sobre exportação e consumo doméstico.

Dentre todas as fontes utilizadas por Alice Canabrava em sua tese de cátedra, chama-nos a atenção o uso de poesias e ditos populares ao longo do texto, talvez mais uma de suas tentativas de apreensão do “clima psicológico” na Província em relação à cultura algodoeira. As duas poesias constantes nos anexos de número III e IV do livro, utilizadas ao longo da tese, foram extraídas de dois jornais do período. Outra fonte que chamou bastante nossa atenção foi o uso da tradição oral, utilizada por Canabrava no capítulo 9 da tese intitulado *As Primeiras Fábricas de Tecidos*. A autora vai até Sorocaba para tomar o relato da tradição oral transmitida para ela pelo Pe. Luiz Castanho de Almeida. Em um primeiro momento, este procedimento metodológico de Canabrava nos remete à postura do historiador antigo, que François Hartog em seu livro intitulado *Evidência da História: o que os historiadores veem*, denomina de autópsia, e afirma: “Mas, para ser válida, essa autópsia, seja ela direta (a do historiador) ou indireta (a de uma testemunha), deve ainda passar pelo filtro da crítica documental”. (HARTOG, 2011, p. 14). É exatamente o que faz Canabrava, quando afirma que “as informações procedentes do Conselho Municipal de Sorocaba confirmam plenamente a tradição [oral]”. (CANABRAVA, 2011, p. 298). Neste sentido, encontramos nesta postura de Alice Canabrava um uso moderno da autópsia, pois este ato de ir ver com os próprios olhos lhe garante certa cientificidade, nos moldes das ciências naturais.

Notamos ao longo de toda a tese um fornecimento massivo de dados como, por exemplo, no seguinte excerto: “Existiam, em 1861, em funcionamento no país, cerca de 3.000 fábricas de tecidos, as quais possuíam 2.250.000 [sic] fusos e davam trabalho a cerca de 600.000 operários”. (CANABRAVA, 2011, p. 75). Dados estes extraídos de várias referências bibliográficas, principalmente de artigos publicados na *Economic History Review*. Alice Canabrava ressentiu-se por não ter conseguido o livro de W. O. Henderson em tempo: *The Lancashire Cotton Famine (1861-1865)*, editado em Manchester em 1934. Quanto à utilização de dados e estatísticas, Canabrava em vários momentos se queixa da descontinuidade de alguns dados, o que nos leva a concluir que ela intentou empreender uma História Serial. “Infelizmente, a descontinuidade dos dados não permite conhecer a importância quantitativa das remessas de semente de algodão feitas à Província de São Paulo pelo Ministério da Agricultura”. (CANABRAVA, 2011, p. 95). Em outro momento se queixa, não da descontinuidade dos dados, mas do que a impediria de empreender uma

História Quantitativa, ou seja, a ausência de estatísticas. “Infelizmente, por causa da carência de dados estatísticos, e em consequência da natureza do documentário utilizado, pudemos apreciar somente o clima psicológico sob o qual se expandiu a cultura do algodão na Província na década de 60 do século XIX”. (CANABRAVA, 2011, p. 143).

Queremos destacar aqui a importância do capítulo 8 da tese, intitulado *A Decadência da Cultura do Algodão*, pois nele Canabrava intenta empreender uma História dos preços do algodão no Porto de Santos, através do uso da História Serial e da História Quantitativa. Para tanto, utilizará os anexos I e II, onde constam os preços médios mensais do algodão em rama no porto de Santos e as quantidades exportadas de algodão em kg da Província de São Paulo, do Brasil e dos EUA, sem, contudo, especificar se as exportações da Província são do porto de Santos ou do porto do Rio de Janeiro.

Muito ao contrário, ela [a decadência da cultura do algodão na Província de São Paulo] é caracterizada por dois momentos de queda rápida e brusca, nitidamente estabelecidos pela baixa dos preços, 1867-1868 e 1870-1871, que levaram ao seu término o ciclo de desenvolvimento provocado pela guerra civil americana. (CANABRAVA, 2011, p. 258).

No excerto acima, Canabrava afirma que os preços decaíram para o período 1867-1868 e 1870-1871. Contudo, os preços constantes da tabela do anexo I, trazem os preços em suas médias mensais. Seria necessário, para a efetivação e clareza desta comparação, trabalhar os dados mensais e construir uma tabela com os dados da média anual. Outro problema: além de nem ao menos fazer menção aos gráficos das páginas 256 e 257, Canabrava tão pouco os analisa.

Também há uma questão relevante quanto à análise de quantidades. Quando afirma que “Esses prognósticos quanto à reconstrução das lavouras algodoeiras do sul se realizaram, pois sabemos que as primeiras safras americanas depois da guerra civil oscilaram na cifra dos dois milhões de fardos até 1869” (CANABRAVA, 2011, p. 261) nos pede para que constatemos isso a partir do anexo II. Contudo, na frase, a quantidade utilizada é em fardos e na tabela em kg. Seguindo na mesma página, podemos encontrar: “Contudo, o primeiro aumento ponderável das colheitas de algodão norte-americano, registrado em 1867-1868, repercutindo no mercado europeu com um novo abaixamento de preço...” Se observarmos a tabela do anexo II, o primeiro salto expressivo das exportações norte-americanas se dá de 1864 para 1865. O segundo grande salto é de

1868 para 1869. No período 1867-1868 há um decréscimo, ao contrário do que ela afirma.

Ainda no capítulo 8 da tese, Canabrava se utiliza da teoria econômica para empreender sua análise e também vincula à análise outro elemento: a Guerra do Paraguai. “Os agricultores da Província foram subitamente confortados pela depreciação da nossa moeda produzida pela Guerra do Paraguai”. (CANABRAVA, 2011, p. 263). A Guerra do Paraguai se estendeu de novembro de 1864 a setembro de 1870. Para Canabrava, o aumento da taxa de câmbio (desvalorização/depreciação cambial) ocasionado pela Guerra, teria servido como mecanismo eficaz frente à recuperação da produção norte-americana a fim de obstruir a tendência à queda dos preços. Ocorre que neste período o sistema financeiro internacional era regido pelo assim chamado padrão ouro, ou seja, as emissões de papel moeda deveriam estar lastreadas em ouro e as reservas dos países, diferentemente do que observamos hoje, que são em dólares, eram em ouro. Tal sistema foi implantado pela Inglaterra no século XIX e se estendeu até a I Guerra Mundial. Em situações de guerra ocorre o seguinte em regime do padrão ouro: o governo, para financiar a guerra, emite mais moeda, que deve ser acompanhada por um aumento das reservas em ouro. Com mais moeda na economia, temos um aumento na oferta de moeda, que, internamente pode representar inflação, até o momento de ajuste da oferta à demanda de bens e serviços, e do ponto de vista externo, se há abundância de moeda nacional *vis a vis* a moeda estrangeira, ocorre que a moeda nacional perde valor frente à moeda estrangeira, o que se caracteriza como uma desvalorização ou depreciação cambial, ou seja, a moeda nacional, valendo menos que a moeda estrangeira, estimulará um aumento das exportações. Este aumento das exportações foi o que evitou que a queda de preços do algodão afetasse nossa balança comercial e as receitas de exportação conseguiram manter-se estáveis, pois as mesmas podem ser afetadas por movimentos de preços ou quantidades. Ou seja, o movimento descendente de preços, foi compensado pelo aumento da quantidade exportada. Portanto, Canabrava não reduz as questões de preços apenas aos movimentos de oferta e demanda, mas também faz uso de conhecimentos de política cambial e de funcionamento do sistema monetário e financeira internacional, de modo implícito¹.

¹ Para uma História do Sistema Monetário e Financeiro Internacional desde o padrão ouro no século XIX, até o colapso do sistema de Bretton Woods na década de 70 do século XX ver: EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: editora 34, 2000.

Outros elementos também são utilizados por Canabrava para explicar o baixo preço do algodão da Província. Ao explicitar as quedas no montante exportado, não se restringe apenas a fatores de ordem econômica, relacionados à produção, distribuição e consumo, mas também questões de ordem técnica e de cultivo. Por exemplo, a baixa cotação também é relacionada às condições precárias de beneficiamento e de enfardamento do algodão, de que ela trata extensamente no capítulo 7, intitulado *O Beneficiamento e Enfardamento do Algodão*. Outra questão que também influencia na qualidade do algodão e que faz sua cotação baixar é a condição das sementes, de que trata pormenorizadamente no capítulo 5 – *A Aquisição de Sementes* – e as técnicas de cultivo no capítulo 6, *O Cultivo do Algodoeiro*.

Trata também de política fiscal, ou seja, dos impostos provinciais e imperiais que incidiam sobre o algodão. Na maioria dos casos este imposto era progressivo, ou seja, se os preços aumentavam, aumentava também o imposto. Até 1875, quando todos os impostos provinciais sobre o algodão são retirados. Questões de política monetária, bancária e financeira também estão presentes, pois há constatação do difícil acesso ao crédito com baixos juros para os pequenos produtores de algodão, bem como um sistema bancário pouco desenvolvido e de baixa capilaridade.

Questões de transporte também aparecem: é o momento de construção das grandes ferrovias da Província. Demonstra como algumas ferrovias dependiam da produção do algodão e como o algodão se beneficiava de menores valores de frete para chegar ao porto de Santos, explicitando a sinergia entre os setores. Esta questão dos transportes traz também um importante componente de sua análise, pois se utiliza da especulação para explicar os pequenos ganhos dos produtores. Como os pequenos produtores tinham dificuldades de acesso direto ao porto de Santos, os atravessadores compravam seu algodão por um preço módico e o vendia por um preço muito mais elevado na Praça de Santos. Desta maneira, podemos também ter uma visão geral do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e principalmente, de sua incipiência, uma vez que os maiores lucros eram retidos na circulação e não na produção e também uma visão geral das difíceis condições da agricultura no Império. Desta forma, o caso do algodão seria um caso representativo.

Canabrava, como pode ser acusada por alguns, também não negligencia o comércio interno do algodão na Província, apenas afirma que “infelizmente não

obtivemos informações abundantes sobre o comércio do algodão nas cidades do interior”. (CANABRAVA, 2011, p. 287).

Canabrava afirma que até 1870, a produção da Província era comercializada na Praça do RJ, e que: “Somente por volta de 1870, começou a se desenvolver o comércio do algodão na Praça de Santos. Até essa época, a maior parte das vendas do algodão paulista se efetuou na Praça do Rio de Janeiro, para onde era remetido, diretamente do interior, via Santos”. (CANABRAVA, 2011, p. 289). Não faz muito sentido que a tabela do anexo I se inicie em 1863 com os preços médios da Praça de Santos, uma vez que a Praça somente iria comercializar o algodão em 1870. Talvez o fornecimento dos preços do algodão na Praça do RJ a partir de 1863 fosse mais apropriado. Porém não sabemos se os mesmos estavam disponíveis e se Canabrava teve acesso a eles. Portanto, podemos notar a tentativa de Canabrava em utilizar-se da História Serial e também da História Quantitativa no capítulo 8 de sua tese.

Continuando em nossa análise quanto ao método utilizado por Canabrava, notamos que uma das estratégias narrativas da autora é o de privilegiar a trajetória de alguns indivíduos na construção do desenvolvimento do algodão na Província. Citamos aqui dois exemplos: o de Jean Jacques Aubertin e o de Carlos Ilidro da Silva. Sendo que Canabrava, acerca deste último, afirma: “Podemos considerá-lo, antes de tudo, um grande idealista, um dos pioneiros na Província, da mecanização da lavoura e dos processos de cultura do solo que revolucionaram a agricultura no século XIX”. (CANABRAVA, 2011, p. 105). Jobson Arruda, contudo, critica esta postura e afirma que: “o grande fazendeiro Carlos Ilidro foi heroicizado. O que não deixa de revelar um certo traço conservador do perfil da historiadora (...)”. (ARRUDA, 2011, p. 57). Em nossa perspectiva, o texto mostra apenas as dificuldades que Carlos encontrou para obter financiamento público e que suas pesquisas com o algodão foram financiadas por ele mesmo. A trajetória dos personagens serve para ilustrar que os avanços em relação às técnicas do algodão foram empreendidos por particulares, demonstrando a debilidade do sistema de crédito nacional, se assim podemos chamá-lo.

Após esta análise sobre fontes e métodos privilegiados pela autora, gostaríamos de passar às outras questões elencadas em nossa introdução. Quanto às suas influências teóricas, estas não estão explicitadas, mas podemos depreender que Alice Canabrava compreende o desenvolvimento da economia brasileira a partir de seu desempenho no mercado externo, o que a coloca ao lado da interpretação de Caio Prado Júnior, embora

ela não cite os trabalhos deste historiador no que tange a esta questão, tão pouco os de Roberto Simonsen¹. Mais uma vez, Jobson Arruda manifesta seu descontentamento em relação a esta questão. “Assim como Caio, Alice aponta um sentido para a colonização. Polariza a relação fundamental no binômio metrópole-colônia. A pergunta que não quer calar é por que Alice ficou de fora do debate entre externalistas e exogenistas, que atualmente conflagra a comunidade dos historiadores”. (ARRUDA, 2011, p. 61).

Em primeiro lugar, é difícil compreender esta verdadeira irritação de Jobson Arruda, conforme pudemos averiguar pela leitura de seu artigo, quanto ao fato de Alice Canabrava vincular o desempenho da economia brasileira a fatores externos ligados às condições do mercado internacional, afinal o próprio Jobson Arruda se vincula a esta tradição interpretativa caio pradiana, pois sua tese de doutoramento é, grosso modo, uma demonstração, em termos quantitativos, da tese de Fernando Novais, que como sabemos, é um continuador desta tradição que

(...) foi corroborada, de maneira mais formal e quantitativa, por uma série de estudos realizados por José Jobson de Andrade Arruda e por outros pesquisadores que adotaram o paradigma preconizado por Novais e o reforçaram com uma base de dados sólida ou por uma análise econômica mais formal. (SCHWARTZ, 2009, p. 210).

Em segundo lugar, cremos que Jobson Arruda quis se referir ao debate entre externalistas e endogenistas, uma vez que exogenistas seriam os mesmos que os externalistas, ou seja, que vinculam o desenvolvimento da economia brasileira apenas a fatores externos. Ademais, Alice Canabrava não poderia ter participado deste debate, uma vez que o mesmo é bastante recente na historiografia brasileira².

Sua noção de “desenvolvimento” está ligada à presença estatal. Maior presença do Estado no incentivo ao algodão, dado que neste momento o mesmo estava pouco estruturado e a agricultura era apenas um departamento do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Reclama por uma maior presença do Estado no apoio ao desenvolvimento da cultura do algodão nas províncias, qualificando-a como apenas de

¹ Ela se utiliza de um texto de Caio Prado Junior pouco conhecido entre os historiadores: *O Fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo* de 1935.

² Referimo-nos aqui aos estudos dos historiadores cariocas, que privilegiam o mercado interno como dinamizador da economia colonial, em detrimento do mercado externo. Os inspiradores destes estudos foram Maria Yedda Linhares com seus estudos sobre a história da agricultura e do abastecimento; Ciro Flamarion Santana Cardoso com seus trabalhos sobre a dinâmica interna do mercado colonial, especialmente acerca da brecha camponesa na economia escravista; e os estudos de Kátia de Queiroz Mattoso sobre a Bahia. Os historiadores mais representativos desta perspectiva atualmente são João Fragoso e Manolo Florentino com seu livro conjunto intitulado *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedades Agrárias e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*.

caráter burocrático, sendo que as intervenções de ordem técnica eram realizadas por particulares. “Fundamentalmente, todas as providências tomadas pelo Ministério para propagar o algodoeiro no país, se converteram simplesmente em atividades burocráticas, incapacitado que estava ele, para exercer quaisquer funções outras, de ordem técnica”. (CANABRAVA, 2011, p. 90). Aqui também há um incômodo por parte de Jobson Arruda. Para ele, “desenvolvimento, vocábulo que abre o título de sua tese, é mera palavra. Não tem densidade conceitual”. (ARRUDA, 2011, p. 54). Realmente o termo poderia ser substituído. Poderia ter sido utilizado, movimento ou ciclo, por exemplo. Mas queremos chamar a atenção aqui para dois fatores. Em primeiro lugar, no último capítulo da tese, Alice Canabrava trata das primeiras fábricas de algodão da Província. Neste caso, há uma permanência, ou seja, o surto algodoeiro na Província não foi simplesmente interrompido após o término das hostilidades nos EUA, mas sim deu origem a essas fábricas, que tiveram importante papel durante a grande depressão da economia mundial de 1930, para manter os níveis do produto nacional brasileiro em patamares consideráveis¹. Por isso, o algodão teria, sim, desenvolvido a Província. Em segundo lugar, nos anos em que Canabrava prepara sua tese, entre 1946 e 1951, o termo “desenvolvimento” estava muito em voga, posto que no Pós Segunda Guerra Mundial, as economias européia e japonesa se viram em um grande crescimento econômico devido, principalmente, ao Plano Marshall. Por conta disso, surge na ciência econômica um novo ramo: a economia do desenvolvimento. Portanto, a utilização do termo “desenvolvimento” por Canabrava também poderia ser pensado como um “modismo” de época².

A visão do passado brasileiro da autora vincula-se ao diagnóstico das ações do Estado no incentivo à cultura do algodão na Província e das dificuldades enfrentadas pela agricultura como um todo. Para Alice, a administração do Império na resolução dos problemas do algodão foi meramente burocrática e desprovida de natureza técnica. “(...) o característico essencialmente burocrático das atividades do Ministério da Agricultura. Seus avisos-circulares com pedido de informações sobre a cultura do algodoeiro fazem parte de uma rotina de burocracia já estabelecida, sem propósitos de natureza técnica”.

¹ Para tanto, ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 e SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

² Ver a introdução de MACEDO, Bernardo Gouthier. *Desenvolvimento econômico: a atualidade da economia política cepalina*. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), UNICAMP/Campinas.

(CANABRAVA, 2011, p. 94). Consequentemente, seu projeto de Brasil diz respeito a uma modernização do aparato institucional do Estado imperial, para além de suas meras funções burocráticas. Alice propõe medidas que poderiam ser utilizadas a partir das informações requeridas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em suas circulares. “Faltava-lhe, para realizar mais do que apenas isso, um órgão destinado à cultura experimental do algodoeiro, que pudesse, por meio de seus trabalhos de campo, retificar e aperfeiçoar as técnicas e noções correntes quanto àquela lavoura, de que os avisos-circulares davam notícia”. (CANABRAVA, 2011, p. 95).

Após termos tratado das fontes e métodos privilegiados em sua tese; sua influência teórica; sua noção de desenvolvimento; visões de passado e projeto de Brasil e da utilização da teoria econômica, facilmente podemos depreender da tese uma concepção de História Econômica, na qual devem estar presentes, sempre que as fontes estiverem disponíveis e permitirem tal tratamento, uma análise serial e quantitativa, bem como o uso da teoria econômica como subsidiária à análise. Contudo, a partir das questões que apontamos acima, referentes ao capítulo 8 de sua tese de cátedra, notamos que mesmo Alice Piffer Canabrava sendo uma pioneira nos modernos estudos de História Econômica, esta mesma História Econômica parece nascer com algumas importantes debilidades. Destarte esta questão, Canabrava não se prende aos temas clássicos da História Econômica, ou seja, aspectos vinculados à produção, distribuição e consumo. Sua análise está para além desta História Econômica tradicional.

Por fim, algumas considerações quanto à temporalidade presente na tese, ou seja, as relações entre passado, presente e futuro. Aqui nos valemos da noção de *regime de historicidade* de François Hartog.

Eu entendo por regimes de historicidade os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro. Conforme a ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma. O regime de historicidade não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico. (HARTOG, 2006, p. 16).

O regime de historicidade¹, como instrumento heurístico, busca dotar de sentido a experiência do homem no tempo. Neste diapasão, Hartog insere a escrita da História nesta experiência temporal.

¹ O principal trabalho onde François Hartog desenvolve esta noção de *regime de historicidade* é: HARTOG, François. *Régimes d'historicité, Présentisme et Expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003. Também temos alguns artigos de Hartog que foram traduzidos em português: HARTOG, François. Tempo e História: “Como escrever a História da França hoje?”. *História Social*. Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996. HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História*. São Paulo, v. 148,

Alice Canabrava parece partir de uma questão do presente em sua tese de cátedra, pois depreendemos que uma das motivações de seu estudo acerca da cultura do algodão na Província de São Paulo se relacione com o fato de que o tema candente durante a elaboração de sua tese no período de 1946 a 1951 era exatamente o desenvolvimento econômico e naquele momento, sinônimo de desenvolvimento era industrialização. Por isso, cremos que sua motivação é compreender o surgimento das primeiras fábricas de algodão na Província de São Paulo, relacionado com o desenvolvimento da cultura do algodão. Destarte esta questão, em nenhum momento da tese ela faz menção ao tempo presente em que escreve.

Após esta minuciosa análise da tese de cátedra de Alice Piffer Canabrava, podemos passar para a próxima seção, que também será de muito auxílio na compreensão de como se efetiva esta sua escrita da História e, particularmente, de uma História Econômica.

3. A PRESENÇA DOS *ANNALES*

Conforme apontamos em nossa introdução, a historiografia brasileira vincula o nome de Alice Piffer Canabrava à escola dos *Annales*. E também aponta Alice Canabrava como uma pioneira nos estudos de História Econômica no Brasil, produzidos sob os auspícios da Universidade e da profissionalização do ofício de historiador.

É o caso, por exemplo, de Maria Alice Rosa Ribeiro que, em artigo dedicado às primeiras pesquisadoras em História Econômica no Brasil, aponta a importância desta presença dos *Annales* no *modus operandi* das teses de Alice Canabrava. “Sem dúvida, a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annales*”. (RIBEIRO, 1999, p. 15). O artigo citado na seção anterior de Mello; Nozoe e Saes é uma rápida *démarche* para analisar, em um só golpe, as três teses de Alice Canabrava. Nele, outro aspecto ressaltado pelos autores, é a importância concedida à Geografia na análise histórica: “(...) elemento marcante no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada”. (MELLO; NOZOE; SAES, 1985, p. 177).

n. 1, p. 09-34, 2003. HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

E aqui, muitos historiadores vêem uma influência direta dos *Annales*. “O vínculo estreito entre a História e a Geografia aponta para uma outra influência dos *Annales*, que considerava impossível pensar a História separada da Geografia”. (RIBEIRO, 1999, p. 14). Esta forte influência da Geografia, principalmente com Pierre Monbeig, especialista em Geografia Humana e Econômica, é confirmada pela própria Alice Canabrava em depoimento¹: “Monbeig e Braudel conquistaram os estudantes intelectualmente. Quando terminei os três anos de curso não tinha idéia [sic] do que queria fazer – ser geógrafa ou historiadora”. (CANABRAVA *apud* RIBEIRO, 1999, p. 15). Contudo, nenhum destes autores explicita como Alice Piffer Canabrava se apropriou da Geografia na composição de suas teses, tão pouco, mencionam à que *Annales* estão se referindo. Estão se referindo a Marc Bloch, Lucien Febvre ou à Braudel? Dentre tantos outros que também “gravitaram” em torno dos *Annales* no período 1935-1951 – quando inicia sua vida acadêmica na USP até a apresentação de sua tese de cátedra.

Pudemos notar pelas assertivas acima, que a principal questão no que tange à presença dos *Annales* em suas teses, é exatamente o tratamento concedido à Geografia.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) foi fundada em 1933 em torno da criação da Universidade de São Paulo, com um duplo intento: formar as elites dirigentes do Estado de São Paulo, que se sentiu derrotado na Revolução Constitucionalista de 1932, em torno do projeto empreendido principalmente pelos intelectuais vinculados ao jornal *O Estado de São Paulo* e em torno de Júlio de Mesquita Filho; e formar quadros qualificados para a ampliação do ensino primário e secundário do Estado².

¹ Temos ciência das questões envolvidas em relatos autobiográficos, principalmente, no que tange à questão do autor estar sob o imperativo de dar sentido a toda a sua trajetória. Qual seria o ponto de vista de Alice Canabrava naquele momento em que Braudel não era o grande historiador do século XX dos *Annales*, por exemplo? Alguns textos são “clássicos” ao tratar desta problemática: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. Este texto de Bourdieu foi escrito nos anos 80 do século passado, no auge da História Oral, especificamente em 1986. A principal crítica de Bourdieu quanto à biografia, é que em sua construção força-se “a mão”, no sentido de que o relato ganhe coerência. Um texto importante e que traz os principais tipos de biografia e que dialoga com o de Pierre Bourdieu é o de Giovanni Levi e que está neste mesmo livro. Uma variante da biografia é a Ego-história. Exemplo desta é a coletânea de ensaios publicados na França em 1987 sob o título *Essais D'Ego-Histoire*.

² Ver: CARDOSO, Irene A. R. *A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

Sabemos que a Faculdade de Filosofia, contou desde sua fundação com a presença da chamada “missão francesa”¹. Dentre os vários professores franceses que ocuparam postos nas várias seções e subseções da Faculdade, como Roger Bastide e Levi-Strauss, o que mais nos interessa aqui é a presença dos professores franceses na quinta subseção de História e Geografia, principalmente do jovem professor Fernand Braudel, que chegou para lecionar História da Civilização em 1935², e do importante geógrafo vinculado aos *Annales*, especialista em Geografia Humana e Econômica, aluno de História Econômica de Henri Hauser na Universidade de Paris, Pierre Monbeig. Este chega à FFCL em 1935 para substituir o professor Pierre Defontaines, que permaneceu na USP somente no ano de 1934. Por conta de sua chegada, Monbeig publica um texto sobre o ensino de Geografia na FFCL:

Averiguou-se pela escolha dos assuntos confiados aos nossos melhores alunos que a cadeira de Geografia visava a investigação geográfica de São Paulo. Os assuntos não faltam tanto em Geografia humana como física; entretanto, verificou-se também a proporção fraca dos estudos de relevo e de climatologia no que diz respeito a questões econômicas; no ano passado [1934] não se efetuou nenhum trabalho de geografia física. Sem dúvida, deve-se esta preferência ao fato do prof. Pierre Deffontaines e eu sermos dois especialistas de geografia humana e econômica. Mas há aí um outro perigo: a complexidade dos problemas de morfologia requer grande conhecimento de geologia para que seja exigida de todos, e da mesma forma para a geografia humana, com questões históricas e econômicas. A atual tendência de separar o ensino da geografia entre duas cadeiras diferentes deve ser encarada sèriamente [sic] na Faculdade. Ela corresponde a uma necessidade científica [sic] recentemente frisada com fôrça [sic] pelo prof. Jules Sion (Universidade de Montpellier). (MONBEIG, 1937, p. 109-110).

Desde sua chegada, portanto, Monbeig propunha a divisão da cadeira em Geografia Física e Geografia Humana, sendo necessário, para tanto, a contratação de um especialista em Geografia Física. Por conta disso, em 1937, último ano de curso de Canabrava, atendendo aos pedidos de Monbeig, Emmanuel de Martonne ministrou um curso de Geografia Física aos alunos, e no mesmo ano as cadeiras foram desdobradas. Portanto, Canabrava participou deste curso, uma vez que os alunos tinham Geografia nos três anos da graduação.

No primeiro ano, como ‘Biogeografia’, eram definidas a extensão e disseminação das espécies, o passado geológico, o meio e a sociologia dos

¹ Referimo-nos aqui à presença de jovens professores provenientes do meio acadêmico francês que fizeram parte da estruturação das seções e subseções da recém-criada FFCL da USP. Para tanto, ver: MASSI, Fernanda P. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1991. Dissertação (mestrado em História), UNICAMP/Campinas.

² Este é exatamente o ano de ingresso de Alice Canabrava na segunda turma do curso de História e Geografia, que nasceram juntos e que seriam separados somente em 1956.

vegetais e animais. No segundo e terceiro, analisava-se a América do Sul, na sua formação física e humana, entre as regiões e os Estados. No terceiro, estudava-se 'as vias de comunicação' desenvolvidas tanto na Europa, como na América, e desenvolviam-se estudos monográficos como parte do programa de excursões e exercícios práticos. (ROIZ, 2004, p. 81).

Em artigo de 1994 dedicado à importância de Pierre Monbeig para a formação da Geografia no Brasil, o eminente geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber afirma que a primeira aula do curso de Monbeig era em campo.

O itinerário escolhido envolvia a saída a partir das colinas de São Paulo e um transecto [sic] pelas serranias [sic] de Jundiá, até atingir setores da chamada depressão periférica paulista. De São Paulo a Jundiá e a Campinas, até Salto e Itu, com regresso pelo famoso *canyon* [sic] do Tietê, passando por Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Sant'Ana do Parnaíba e subúrbios ocidentais de São Paulo. (AB'SABER, 1994, p. 225).

Podemos perceber como o curso de Geografia exigia o conhecimento aprofundado da Geografia paulista. Vejamos da própria Alice Canabrava, a importância da Geografia e as leituras que os alunos faziam no curso. "As leituras tinham de passar, obrigatoriamente, na Geografia, pelas obras de De Martonne, Brunhes, Vidal De La Blache, Lucien Febvre (...)". (CANABRAVA, 2005, p. 29). Curioso o fato de Alice Canabrava incluir Lucien Febvre no rol dos geógrafos. Mas isso se deve a Pierre Monbeig: "Introduziu-nos ao conhecimento dos grandes historiadores, dotados de boa formação geográfica como Lucien Febvre, Marc Block [sic] e André Sigfried". (AB'SABER, 1994, p. 228).

Realmente a Geografia possuiu papel central na formação acadêmica de Alice Canabrava. Mas vejamos agora como ela aparece concretamente em sua tese sobre o algodão.

Para o quadro geográfico, principalmente em relação a aspectos vinculados à topografia da Província de São Paulo, Alice Canabrava parte de duas análises dos já citados mestres franceses da Geografia: Pierre Defontaines¹ e Pierre Monbeig². Neste aspecto, ao tratar da região de Sorocaba, onde o cultivo do algodão alcançou maior sucesso na Província, Alice Canabrava afirma:

Os municípios que se estendem ao sudoeste de Campinas (...) situam-se na depressão paleozoica [sic], essa larga faixa de terras, em grande parte argilo-arenosas que se estende de Mococa e Casa Branca ao norte até São Pedro de Itararé e São João Batista do Rio Verde ao Sul, nas proximidades da Província

¹ DEFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Primeiro esboço de divisão regional. *Geografia*, São Paulo, n. 2, p. 117-169, 1935.

² MONBEIG, Pierre. A divisão regional do Estado de São Paulo. *Anais da Associação dos Geógrafos brasileiros*, São Paulo, Serviço Geográfico IBGE, v. 1, p. 19-36, 1949.

do Paraná. A região, pouco acidentada, com altitudes que regulam de 600 a 700 m, possui solos em geral pobres, cobertos de campos naturais, interrompidos, de vez em quando, na época, por matas altas, cerrados e capoeiras. (CANABRAVA, 2011, p. 127).

Além da descrição topográfica, percebemos também que Alice Canabrava descreve as características da vegetação da região, bem como faz considerações quanto ao estado do solo. Quanto a este último, Canabrava nos traz um quadro de suas formas de tratamento, quando dedica um capítulo de sua tese ao *O Cultivo do Algodoeiro*. “De modo geral, podemos caracterizá-lo, primeiramente, pelo emprego de foice e da enxada e pela prática da queimada”. (CANABRAVA, 2011, p. 198). Interessante pontuar que alguns relatos da época, já apontavam para a destruição causada pelo emprego de métodos de cultivo arcaicos do solo, como exposto por Alice Canabrava em uma de suas fontes relativa a ofício da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes em 1864 ao Presidente da Província: “O fogo é o agente poderoso que entra no seu systema [sic] e elle [sic] vem completar a obra de destruição encetada pelo machado e fouce [sic]”. (CANABRAVA, 2011, p. 198). Outro relato de época aponta para a perda de nutrientes do solo por conta das queimadas: “ocorre porem [sic] que tendo perdido grande somma [sic] de húmus [sic] por causa do emprego do ferro e do fogo (...)”. (CANABRAVA, 2011, p. 199). Ainda sobre a qualidade dos solos, a partir dos relatos provenientes principalmente das Câmaras Municipais, Alice Canabrava afirma que os tipos de solos preferidos ao plantio do algodão, eram os solos já cansados, bem como as terras arenosas.

As experiências feitas em terras virgens, de derrubada, nos primeiros anos, haviam ensinado aos lavradores que, ao grande viço que apresentava o algodoeiro aí plantado, não correspondia à colheita, que se apresentava depois muito pobre. (...) Preferiam-se as capoeiras ou terras cansadas, de excelente qualidade, e as terras arenosas, brancas (...). (CANABRAVA, 2011, p. 206).

Outros tipos de solo também eram recomendados e outros deveriam ser evitados, segundo as experiências de Carlos Ilidro da Silva acerca do cultivo do algodoeiro:

(...) recomendava as terras siliciosas, vermelhas e negras, sem excluir o barro, à luz da experiência dos agricultores norte-americanos, com preferência às terras cultivadas muitas vezes. Prevenia-se também contra o plantio nas terras roxas, onde o algodoeiro somente produzia bem nos primeiros dois anos. (CANABRAVA, 2011, p. 207).

O excerto acima também faz menção à experiência agrícola de colonos estadunidenses que se estabeleceram principalmente em Santa Bárbara do Oeste. Alice Canabrava também faz menção ao grande sucesso da transplantação dos métodos de cultivo dos imigrantes estadunidenses para a Província de São Paulo.

Canabrava ainda menciona as principais pragas que atingiam o algodão, bem como as principais formas de combatê-las. O primeiro relato é em relação à lagarta curuquerê entre 1865 e 1866 nas roças de Mogi-Mirim. “Conjuntamente com o curuquerê assinala-se, em 1866, a existência da antracnose, doença do algodoeiro conhecida vulgarmente sob o nome de carimã”. (CANABRAVA, 2011, p. 211). Outra ameaça eram as formigas saúva e quemquem. Para combater as lagartas recomendava-se que se semeasse linhaça entre os algodoeiros e até mesmo que se esmagassem as lagartas após o sacudimento do algodoeiro. Quanto ao carimã a recomendação era para que se cortasse a haste do algodoeiro a fim de que o sol penetrasse, pois se acreditava que seu calor pudesse extirpar as mais variadas pragas.

Aspectos climáticos, que, posteriormente seriam muito caros a um grupo dos *Annales*, principalmente com Emmanuel Le Roy Ladurie¹, também são abordados por Alice Canabrava. Quanto a mais próspera região produtora de algodão, ou seja, a região de Sorocaba, Canabrava menciona alguns de seus aspectos climáticos e pluviométricos: “Caracterizada em geral pelo clima quente, a região apresenta em média [sic], temperatura de verão acima de 22º C e a de inverno inferior a 18º C. A pluviosidade do mês mais seco, tão importante para a produção do algodoeiro, é inferior a 30 mm em Sorocaba (...)”. (CANABRAVA, 2011, p. 127). Em nota de roda-pé, Canabrava traz ainda as médias da temperatura de verão da região, bem como a pluviosidade do mês mais seco, ou seja, Julho, e o regime climático ideal para o cultivo do algodão herbáceo. Podemos encontrar também um subsídio para o pensamento ambiental do período: “A plantação devia ser feita em leiras, utilizar-se o arado e além do mais, conservar as matas, pois as secas e mudanças de clima eram prejudiciais à agricultura”. Claro que a preocupação primária era com a produtividade da agricultura, mas havia a consciência de que a não conservação das matas poderia acarretar mudanças climáticas.

No que tange às espécies de algodão cultivadas na Província, Canabrava somente cita as que eram cultivadas e os tipos de semente: “A denominação herbáceo, que se vulgarizou no período estudado, e até hoje se mantém, designava todas as variedades importadas dos Estados Unidos”. (CANABRAVA, 2011, p. 90). O algodão herbáceo foi o predominante na Província, em suas variedades Nova Orleans, Sea Island e Upland. O

¹ Este importante autor da Escola dos *Annales* elabora o prefácio ao número especial da revista dos *Annales* de 1974, dedicada à *Histoire et environnement*. Contudo, já em 1970, Ladurie publicou nos *Annales* um artigo intitulado *Por une histoire de l'environnement: la part du climat*. Sem mencionarmos o fato de que em 1969 os *Annales* publicaram um número especial, intitulado *Histoire biologique et société*.

único algodão conhecido na Província até então, era o algodão arbusto, variedade do algodão arbóreo.

Claro que Alice Canabrava poderia ter explicitado/explicado o que são estas variedades de algodão, bem como o que marca suas diferenças. Mesmo assim, pudemos notar a grande presença dos aspectos geográficos nesta tese de Alice Canabrava. Contudo, não podemos cobrar nesta tese a presença da Geografia assim como o faz Jobson Arruda em seu artigo já aqui muitas vezes citado. Para ele, “A Geografia surge aí mais como pano de fundo, conjunto de elementos a favorecer ou constringer as atividades econômicas, mas nunca como interação complexa homem/natureza”. (ARRUDA, 2011, p. 53). Jobson Arruda não poderia requerer que Alice Canabrava colocasse o algodão como figura central em seu texto, assim como o fizera Braudel em relação ao Mediterrâneo, pois acreditamos que os intentos de Alice Canabrava eram outros, bem como a natureza de suas fontes não o permitiria. Contudo, não é descabida por parte de Jobson Arruda, a hipótese de que Alice Canabrava pudesse conhecer o método empregado por Braudel em seu *O Mediterrâneo*, principalmente no que tange ao uso da Geografia e os três tempos, em especial o tempo geológico ou estrutural, uma vez que, segundo relato de um colega de Braudel vinculado também à missão francesa, o filósofo Jean Maugüé¹: “Discípulo preferido do historiador Lucien Febvre, sua tese sobre o Mediterrâneo no tempo de Felipe II já estava bastante avançada”. (LIMA, 2009, p. 90).

Do que discordamos é do fato afirmado por Jobson Arruda de que Braudel, a partir de um depoimento de Alice Canabrava², em suas aulas, apenas se restringia a ensinar como os alunos deveriam ser enquanto professores e não sobre métodos de pesquisa. Estes seriam transmitidos na cadeira de História da Civilização Brasileira por Afonso de Taunay, que, segundo Jobson Arruda, era “(...) afeiçoado a uma visão mais tradicional de história (...)”. (ARRUDA, 2011, p. 46).

Em primeiro lugar, nos parece um tanto quanto “perigoso” resumir a presença dos *Annales* nas teses de Alice Canabrava, “apenas” a uma perspectiva braudeliana de História, afinal, como vimos, uma leitura bastante presente era dos textos de Lucien Febvre. Caberia investigar se a busca de Canabrava pelo “clima psicológico” da

¹ Este relato encontra-se presente na bela tese de doutoramento de Luís Corrêa Lima, acerca dos anos em que Braudel viveu no Brasil e o impacto desta experiência em seus escritos

² Trata-se do depoimento CANABRAVA, Alice Piffer. Minhas reminiscências. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.

Província, não teria advindo de Lucien Febvre, uma vez que sabemos que este historiador foi pioneiro ao incorporar a Psicologia aos estudos históricos. Ademais,

O ensino incluía atividades fora da sala de aula, nas quais Braudel orientava os alunos em pesquisa nos arquivos, trabalhos de cartografia histórica e de paleografia, bem como em pequenas monografias. (...) Os estudantes de Braudel [nos ditos de Jean Maugüé] aprenderam história e aprenderam à ser historiadores. (LIMA, 2009, p. 102).

Até mesmo em suas aulas Braudel transmitia uma visão inovadora da História, conforme o próprio Braudel relata em entrevista:

Um dia, falando da Revolução Francesa, eu mostrei os revolucionários e lhes disse uma palavra que não deveria ter pronunciado: que eles eram homens como os outros. O que é verdade, acredite. No fim do curso, um dos estudantes veio me ver e disse: 'Professor, nós estamos decepcionados, totalmente decepcionados. A Revolução Francesa, nós não a vemos como vocês, a Revolução Francesa, nós ainda aguardamos' (...). (LIMA, 2009, p. 102).

Desta forma, nos parece que Braudel transmitiu a seus alunos uma visão não tradicional de História, tanto em sala de aula como na pesquisa histórica propriamente dita. Esta perspectiva também está presente em texto publicado no *Anuário da FFCL 1934-1935*, em que Braudel afirmava que "(...) a função da cadeira de História da Civilização é formar mestres para o ensino secundário e para a pesquisa histórica". (LIMA, 2009, p. 117).

Em segundo lugar, quanto à assertiva de que os métodos de pesquisa no curso de Geografia e História à época em que Alice Canabrava o frequentou seriam transmitidos por Afonso Taunay, e que este teria transmitido exatamente os métodos de pesquisa da Escola Metódica Francesa a partir do livro *Introdução aos Estudos Históricos* de Langlois e Seignobos, também temos algumas considerações a fazer. Vimos que métodos de pesquisa também foram transmitidos por Braudel. Ademais, como demonstra a tese de doutoramento de Karina Anhezini, Taunay não seria um metódico na acepção francesa do termo, mas, como o subtítulo de sua tese nos mostra, Afonso de Taunay seria um *metódico à brasileira*. Em sua aula inaugural de 1911, na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, Taunay não corrobora com a crítica de Langlois e Seignobos à História da Civilização. "(...) a História da Civilização, chamada por ele [Taunay] de História dos costumes, foi apresentada como a História que deveria ser escrita no Brasil naquele momento". (ANHEZINI, 2011, p. 52).

Ademais, a concepção de História de Taunay, é uma concepção que compreende o conhecimento histórico como resultante da descoberta de novos documentos, mas estes

documentos não guardariam um único passado como concebido pela escola metódica, mas sim o historiador poderia compor várias histórias a partir dele.

(...) para essa perspectiva [a de Taunay], o passado encontra-se no documento, no entanto, não está pronto, não é a História daquele período que está ali apresentada. As fontes são compostas de elementos dispersos que, quando publicados ou conservados nos arquivos, possibilitam ao historiador empreender alguns esforços para torná-las inteligíveis. Se o historiador age como o criador de um mosaico, “compõe uma imagem por meio da incrustação de pequenas peças de cores variadas”, as mesmas fontes resultam em diversos trabalhos. (ANHEZINI, 2011, p. 63).

Em sua conferência inaugural para a cátedra de História da Civilização Brasileira em 1934, Taunay não se coloca ao lado da dita “história batalha”, mas seu texto convoca, em tributo à Capistrano de Abreu, aos temas “(...) da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo o da história dos costumes”. (TAUNAY, 1934, p. 123 *apud* ANHEZINI, 2011, p. 66).

Outra questão presente no artigo de Jobson Arruda se manifesta no sentido de criticar o recorte espacial e temporal da tese de Alice Canabrava. “A recusa aos voos de longo curso explica a preferência por temporalidades médias (...) sem o indispensável engastalhamento na longa duração, como requeria o protocolo *Annales*”. (ARRUDA, 2011, p. 46). Jobson Arruda cobra de Alice Canabrava um alongamento temporal que deveria abarcar também a primeira fome do algodão. Neste mesmo diapasão, deveria então ter proposto um recorte temporal entre a primeira fome do algodão e a crise de 1930, na qual, conforme já comentamos, as exportações de algodão tiveram importante papel na manutenção dos níveis do Produto brasileiro. Ademais, não nos parece problemático o fato de a análise de Alice Canabrava focar-se na média duração, uma vez que os primeiros trabalhos de História Econômica que inspirariam aos *Annales* foram exatamente acerca dos ciclos e interciclos econômicos¹.

Em resenha da tese de doutoramento de Alice Canabrava publicada na Revista dos *Annales* em 1948, Braudel tece fartos elogios à Canabrava e a vincula diretamente “como formada e orientada pela leitura e conhecimento de nossos *Annales*”.

Sur ces pays déshérités, au début de leur rude vie « coloniale », une jeune historienne brésilienne, Alice Piffer Canabrava, formée, orientée, je peux bien le dire, par la lecture et la connaissance de nos Annales, vient d'écrire un livre, son premier livre, dont il m'est agréable de dire la très grande importance. (BRAUDEL, 1948, p. 547).

¹ Conforme expõe Braudel em seu famoso texto sobre a longa duração: BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

A única ressalva de Braudel, se podemos chamá-la de crítica, é quanto à inserção do trabalho na ampla história da América, do mundo e do Atlântico da qual faz parte. “Cependant, je crois qu'il faut, plus largement que ne le fait la prudente historienne, replacer cette curieuse dérivation d'argent dans la vaste histoire de l'Amérique, du monde et de l'Atlantique”. (BRAUDEL, 1948, p. 550). Nenhuma ressalva é feita quanto ao recorte temporal da tese. Esta tese de doutoramento de Alice Piffer Canabrava se intitula *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)* e foi defendida em 1942 na FFCL, na qual foi auxiliar de ensino na cátedra de História da Civilização Americana e orientada pelo professor de História da Civilização, que chegou para substituir Braudel, Jean Gagé. Seu recorte temporal de 60 anos é realmente maior do que o recorte temporal de sua tese de cátedra de apenas 14 anos. Mesmo sendo maior, não pode ser comparado aos longos períodos braudelianos. E, mesmo assim, como indicamos, Braudel não fez nenhuma ressalva quanto a esta questão. Ademais, estes apenas 14 anos de sua tese de cátedra são ampliados no último capítulo sobre as primeiras fábricas de algodão, se estendendo de 1813 até 1877, ou seja, 64 anos.

No mesmo número dos *Annales* em que foi resenhada sua tese de doutoramento, aparece também uma resenha do historiador português Vitorino Magalhães Godinho de sua tese de livre-docência intitulada *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)* e como dissemos já neste artigo, apresentada para o concurso da cátedra de História da Civilização Americana em 1946, com 128 páginas. O tom da resenha já se inicia de modo bastante elogioso. “Sujet de large envergure, auquel Mlle. Alice Piffer Canabrava a consacré l'étude peut-être la plus remarquable de la jeune littérature historique brésilienne d'aujourd'hui”. (GODINHO, 1948, p. 542). Mais adiante, Godinho continua sua elogiosa resenha, afirmando tratar-se de um estudo extremamente rico e na concepção histórica que eles compreendem nos *Annales*: de uma História total, humana. Ressalta também a presença da Geografia no texto.

Mais il n'est pas possible de résumer l'étude extrêmement riche, bien étayée et toujours vivante d'Alice Piffer Canabrava. C'est vraiment de l'histoire au sens où nous l'entendons aux *Annales* : totale, humaine. Ici nous avons affaire à des groupes humains dont le milieu géographique qu'on a été présenté — et nous prenons une connaissance claire et minutieuse des techniques agricole, industrielles et commerciales. (GODINHO, 1948, p. 544).

Não há nenhuma ressalva quanto ao recorte espacial e temporal da tese, sendo que apresenta um recorte temporal de 58 anos. Desta forma, compreendemos que se a tese sobre o algodão é criticada por Jobson Arruda pela sua curta periodização, assim

também deveria ser o caso das duas outras teses. Contudo, para nós, a escolha por delimitar seu estudo à Província de São Paulo, pode ser compreendida por seus profundos conhecimentos acerca da Geografia paulista aferidos, como vimos, de seu curso de Geografia na FFCL da USP.

O que não podemos perder de vista é que a tese sobre o algodão de Alice Piffer Canabrava deve ser historicizada, dentro da mesma compreensão que já tinha Sérgio Buarque de Holanda em texto sobre História Econômica publicado em 1952 no *Jornal da Manhã*. Holanda, ao comentar as três teses de Alice Canabrava, com ênfase para suas teses de doutorado e livre-docência – sendo que desta última participou como membro da banca examinadora conferindo maior nota à ela¹ – afirma que ao não tratar do Brasil em sua tese de livre-docência, Canabrava estava atendendo às necessidades do sistema de cátedras. Portanto, Sérgio Buarque não cobra a ampliação do estudo de Canabrava, em um “lugar” em que isso não era possível: “Os numerosos problemas relacionados ao mundo luso-brasileiro que se esboçam aqui a todo momento não poderiam evidentemente ter papel absorvente em trabalho de especialização numa cadeira de História da Civilização Americana.”

4. ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo analisamos minuciosamente a tese de cátedra de Alice Canabrava. Vimos as fontes e métodos privilegiados por Alice Canabrava, bem como procuramos estabelecer um profícuo diálogo em torno das questões apresentadas por Jobson Arruda em artigo que acompanha a republicação desta sua tese, principalmente no que tange à chamada presença dos *Annales*.

Para nós, não fica claro à que *Annales* os historiadores que vinculam a obra de Alice Canabrava a esta perspectiva estão se referindo. Sabemos que, apesar de alguns aspectos de continuidade, existem diferenças entre a assim chamada primeira geração de Marc Bloch e Lucien Febvre e a segunda geração de Fernand Braudel. Ademais, pudemos notar como é complexa a questão, e que nos parece bastante simplista vincular

¹ Ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011, p. 27. Aqui, através da análise das atas do concurso, Jobson Arruda demonstra que Alice Piffer Canabrava obteve as maiores notas, mas que foi preterida no concurso em favor de Astrogildo Rodrigues de Mello que ocupava interinamente a cátedra, uma vez que segundo o edital do concurso, a decisão ficaria à cargo do presidente da banca que foi favorável à indicação deste último.

as teses de Alice Canabrava diretamente a um suposto *Annales*. Assim como em um primeiro momento Afonso Taunay poderia ser classificado como metódico somente pelo fato de se utilizar bastante do texto de Langlois e Seignobos em suas exposições, vimos que os matizes da questão, não o permitem fazê-lo.

Ainda sobre a suposta presença de um dito “paradigma” dos *Annales* em suas teses, sempre se faz referência a Fernand Braudel. Parece-nos mais sensato buscar influências na obra de Alice Canabrava de um pouco conhecido historiador norte-americano, do qual ela foi auxiliar de ensino na cadeira de História da Civilização Americana assim que se graduou, o professor Paul Varnorden Shaw, uma vez que:

Ao desempenhar as funções de assistente, anos depois renomeada como auxiliar de ensino, que o recém formado aprendia a elaborar e planejar as aulas e o conteúdo das disciplinas, que observava como era o funcionamento administrativo da cadeira e que iniciava as primeiras pesquisas acadêmicas. (ROIZ, 2004, p. 68).

E também as influências que teve sobre Alice Canabrava seu orientador de doutorado, Jean Gagé, do qual ela acompanhou as aulas de História da Civilização até mesmo depois de graduada.

Em sua tese de cátedra, ao privilegiar a Província de São Paulo, estaria Alice Canabrava “aplicando” seu profundo conhecimento das questões paulistas hauridos no curso de História e Geografia, principalmente com a atenção dada à geografia paulista por Pierre Monbeig, ou é também tributária à historiografia das primeiras décadas do século XX em São Paulo¹, preocupada com uma “paulistanidade”? Seria Alice Canabrava a responsável por escrever uma História Econômica de São Paulo *vis a vis* sua imensa produção exatamente nesta temática²? Ainda mais se tivermos em vista que

¹ Sobre a produção historiográfica paulista nas primeiras décadas do século XX ver: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002.

² Alice Piffer Canabrava possui uma vasta produção sobre a História Econômica de São Paulo, que se inicia bem antes de sua tese de cátedra, como, por exemplo: 1. A Região de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 45, 1938; 2. Primeiras notas para um estudo acerca dos bairros no estado de São Paulo. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, vol. III, 1944; 3. Tendência da bibliografia sobre a História Administrativa do Município. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 1, 1947; 4. Fontes primárias para o estudo da Moeda e Crédito em São Paulo no século XVI. *Seminário de Estudo nas fontes primárias para a História de São Paulo no século XVI*. São Paulo, n. 2, 1948; 5. A Evolução das posturas municipais de Sant’Ana do Parnaíba, SP, 1829/1867. *Revista de Administração*. São Paulo, n. 9, 1949; 6. Um desembarque clandestino de escravos em Cananea, SP. *Revista de História*. São Paulo, n. 4, 1950; 7. Os contratos de trabalho e os índios na Província de São Paulo, 1853. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, vol. IV, 1951; 8. Documentos sobre os índios do rio Juquiá, SP. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, vol. III, 1949; 9. As Chácaras paulistanas. *Anais de geógrafos brasileiros*. São Paulo, vol. IV, 1953; 10. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo. 1765-1767. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. XXVI, n. 4, 1972; 11. A repartição da terra na capitania de São

Quando se falava de formação geográfica, enfatizavam-se mais os aspectos paulistas do que os nacionais, e quando se falava da história nacional parecia se querer mais ressaltar a história paulista a partir do bandeirantismo. Provavelmente esses tópicos especiais se dirigiam no interior do curso, em função do contexto social do período, de recuperação 'paulista' sobre a derrota de '1932', e com o objetivo de revelar a importância do Estado sobre a formação histórica do país. (ROIZ, 2004, p. 79).

Em relação à Geografia devemos ter uma postura bastante cautelosa, pois a simples presença das considerações geográficas, sem dúvida necessárias ao tema de sua tese de cátedra, não pode ser vista como “aplicação” direta da preocupação dos *Annales* com a Geografia – ademais, em cada autor da Escola, a Geografia é tratada de uma forma, não aparecendo da mesma forma em Bloch, Febvre e Braudel. Se assim o fosse, como explicar o fato de que já Capistrano de Abreu se utilizava da Geografia em seus escritos? Como nos traz Sérgio Buarque de Holanda em texto publicado no *Correio da Manhã* em 15/07/1951, apontando para o fato de que Capistrano de Abreu já havia considerado os fatores geográficos, que ele denomina de “cósmicos”, nos estudos históricos: “(...) além de uma sensibilidade aguçada à importância de ação dos fatores cósmicos – da terra, do meio e do clima – sobre as instituições humanas”. (HOLANDA, 1951 *apud* PEREIRA e SANTOS, 2010, p. 67).

Não pretendemos fechar aqui as questões levantadas e discutidas ao longo deste artigo, até mesmo porque estas são de alta complexidade. O que procuramos demonstrar é que sempre uma obra de História deve ser colocada em perspectiva com o fazer historiográfico do período em que foi confeccionada e que aspectos ligados ao “lugar”¹ do historiador podem ser elucidativos das tramas de sua escrita.

Recebido em: 06/08/2012

Aceito em: 13/12/2012

Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. II, n. 6, 1972; 12. Decadência e Riqueza. *Revista de História*. São Paulo, vol. 50, n. 100, 1974; 13. Terras e Escravos na Grande Lavoura Paulista. *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: a propriedade rural*. São Paulo, 1976; 14. Uma Fazenda-Modelo na Província de São Paulo (1863). *Anais do IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, vol. IV, 1974. Destes 14 trabalhos, 6 foram produzidos durante o período de preparação de sua tese de cátedra e 6 quando já era professora catedrática na FEA/USP. Apenas 2 destes trabalhos foram escritos antes do período de elaboração de sua tese de cátedra. Podemos, então, inferir que sua tese de cátedra marca o início de seus estudos acerca da História Econômica de São Paulo.

¹ No sentido empregado por Michel De Certeau em sua *operação historiográfica*. Ver: CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 45-111.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 8, p. 221-232, 1994.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: A História da Historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. 1ª edição. São Paulo: Unesp, 2011.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011, p. 9-70.

BRAUDEL, Fernand. L'Essor économique. Du potosi à Buenos Aires: Une route clandestine de l'argent. Fin du XVe, début du XVIIe siècle. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 4, p. 546-550, 1948.

CANABRAVA, Alice Piffer. O Caminho Percorrido. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec/Unesp/ABPHE, 2005, p. 23-34.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.

CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*. Pelotas, v. 6, p. 37-58, 2000.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 11, p. 26-33, 2010.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Industrie et commerce Antillais. SUR LE SUCRE DES ANTILLES. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 4, p. 541-545, 1948.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro Gomes (org.). *Escrita de si, escrita da História*. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-24.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista ieb*. São Paulo, n. 50, p. 66-78, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Econômica. São Paulo: *Folha da Manhã*, primeiro caderno, 27 de Agosto de 1952.

LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 2009.

LUCA, Tania Regina De. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n. especial, p. 169-179, 1985.

MONBEIG, Pierre. Cadeira de Geografia Física e Humana. Orientação didática. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *história econômica & história de empresas*. São Paulo, v. II, n. 2, p. 7-40, 1999.

ROIZ, Diogo da Silva. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Franca, 2004. Dissertação (mestrado em História), UNESP/Franca.

SCHWARTZ, Stuart B. A Historiografia dos Primeiros Tempos do Brasil Moderno. Tendências e Desafios das duas últimas Décadas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 50, p. 175-216, 2009.